

MITOS AFRICANOS NO ENSINO DE FILOSOFIA

Lara Gonsalves Bergol

Instituto Federal da Bahia – IFBA

lari.gb@hotmail.com

Lincoln Nascimento Cunha Júnior

Instituto Federal da Bahia – IFBA

lincunha@hotmail.com

Resumo

No presente texto, buscaremos entender a importância de trabalharmos bases da(s) filosofia(s) africana(s) como uma possibilidade de pensamento anticolonialista, antirracista, oferecendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o pensamento ocidental eurocentrado. O estudo da Filosofia no ensino médio tem como objetivo formar futuros cidadãos que atuarão em sociedade e seu conteúdo deveria considerar, igualmente, diferentes culturas e processos do conhecimento. Uma dessas temáticas é a mitologia. A mitologia yorubá, por exemplo, assim como as demais, é carregada de funções, como diz Campbell. O mito possui funções importantes, as quais Campbell definiu como quatro: mística, cosmológica, sociológica e pedagógica. Os livros didáticos de ensino médio precisam abordar mais sobre o assunto, diversificar os debates sobre as diversas mitologias existentes e tornar mais presente os sistemas não ocidentais, para que não produzam apenas a ideia de que o mito é algo fictício, ou que pertença apenas ao ocidente. O mito explica a origem da terra, do ser humano, e não possui apenas uma fonte ou uma só verdade absoluta. Abordaremos, pois, a importância de introduzir a mitologia africana no ensino médio, devido a influência das culturas da África para a formação cultural e acadêmica brasileira.

Palavras-Chave: Filosofia; Mitologia Africana; Educação.

AFRICAN MYTHS IN TEACHING PHILOSOPHY

Abstract

In this text we will try to understand the importance of working the foundations of the African philosophies as a possibility of anticolonialist, antiracist thinking, while at the same time offering the development of a critical thinking about Eurocentric Western thought. The study of Philosophy in high school aims to train future citizens who will act in society and its content should also consider different cultures and knowledge processes. One such theme is mythology. For example, like the others Yoruba mythology is full of functions, as Campbell says. The myth has important functions, which Campbell defined as four: mystical, cosmological, sociological and pedagogical. High school textbooks need to approach more of the subject, diversify debates about the different mythologies and make non-Western systems more present, so they do not just produce the idea that the myth is fictional or that it belongs only to West. The myth explains the origin of the earth, the human being, and has not only one source or one absolute truth. We will to approach consider the importance of introducing African mythology in high school due to the influence of African cultures on the cultural and academic formation of Brazilians.

Keywords: Philosophy; African Mythology; Education.

1. INTRODUÇÃO

No intuito de fortalecer a interação e o diálogo entre o ensino de filosofia e os aspectos da cultura africana e afrobrasileira, selecionamos alguns mitos yorubás, analisando suas características e funções, de acordo com Joseph Campbell (190), com vistas a pensar a inclusão do pensamento africano e afrobrasileiro no ensino de filosofia na educação básica. Diante da análise feita e dos livros didáticos observados, percebemos que os conteúdos de filosofia trabalhados são ainda muito “tradicionais” em seus sistemas de pensamento e que, mesmo quando a abordagem é sobre o mito, um dos primeiros conteúdos discutidos nos manuais, ela é feita, geralmente, considerando a cultura dos povos helênicos e próximos e estes.

Trazer, segundo nosso entendimento, a possibilidade de análise de elementos de um sistema epistemológico yorubá, poderá permitir uma ampliação das bases do pensamento histórico-crítico em relação à nossa formação cultural e cidadã, de sujeitos comprometidos com um processo amplo e pluriversal do aprendizado.

Nós sugerimos que a Filosofia, assim como os outros saberes, deve ser pensada como pluriversal ao invés de universal. Por pluriversal entendemos, considerando os estudos de Mignolo (2000) e de Ramose (2001), os conjuntos de possibilidade de socialização transmoderna e de práticas descolonizadoras das relações de poder, capazes de romper com as diversas modalidades de hierarquias baseadas em critérios étnico-raciais, de gênero, geográficos, sexual em favor de outros mundos dentro do mundo (LAUDINO; NOGUERA, 2013, p. 81).

Entender, no entanto, a pouca presença dos conhecimentos filosóficos dos povos africanos e sua diáspora nos livros didáticos consultados, passa pela compreensão da forma como se deu a dominação europeia no continente africano. É sabido que os europeus, entre outras ações realizadas no processo de colonização, fragmentaram o continente africano, para que os diversos grupos pudessem se enfrentar e, assim, os colonizadores tivessem livre acesso às matérias primas. De acordo com Souza:

A partilha da África tem início, de fato, com a Conferência de Berlim (1884), que instituiu normas para a ocupação, onde as

potências coloniais negociaram a divisão da África, propuseram para não invadirem áreas ocupadas por outras potência (2014).

Os europeus também defendiam que deveriam levar a salvação àqueles povos, uma vez que, segundo as concepções ocidentais, eles não tinham Deus ou qualquer possibilidade de pensar sobre a existência de Deus por si mesmos. Assim, a conversão religiosa tornou-se, também, um dos argumentos para justificar a escravidão e, depois, a colonização (UZOIGWE, 2010). Os povos africanos sofreram, por meio desse processo, a marginalização e a exclusão social e epistêmica, tendo como consequência a ideia desenvolvida pelo pensamento eurocêntrico de que nada produziam de bom, nem em relação à arte, ou à filosofia, ou qualquer outro campo do conhecimento (RAMOSE, 2011).

Esse cenário nos levou à análise de alguns livros didáticos de Filosofia, observando o que diz os documentos oficiais do governo brasileiro sobre alguns princípios da educação, e do ensino da disciplina em particular. Observamos quatro livros que estavam disponíveis na biblioteca do Instituto Federal da Bahia (IFBA), *campus* Eunápolis: *Filosofando: introdução à filosofia*, de Maria L. de R Aranha e Maria H. P. Martins, 2003; *Filosofia: experiência do pensamento*, de Silvio Gallo, 2014; *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mina Fernandes, 2010; e *Iniciação à Filosofia*, de Marilena Chauí, 2010.

. A observação começou por analisar o sumário, para identificar as referências às filosofias africanas; no segundo momento, caso fosse encontrada alguma referência, examinamos como essas referências eram trabalhadas; e, por fim, verificamos como o conteúdo Mito e Filosofia é trabalhado nesses livros e se consideram narrativas de povos não-ocidentais, mais precisamente africanos ou afro-brasileiros.

Após as análises dos livros didáticos, discutimos sobre as funções do mito, segundo Joseph Campbell. O autor afirma que são quatro as funções presentes em todas as narrativas míticas: a função mítica, a gnosmológica, a sociológica e a pedagógica. Cada uma delas trazem consigo a importância social e política dos sistemas mitológicos fundadores de cada grupo social. Seguimos o desenvolvimento deste trabalho escolhendo duas narrativas do sistema mítico yorubá, fazendo uma leitura com base em Campbell (1990),

observando as possibilidades de discussão em sala de aula, principalmente em seus aspectos pedagógicos e sociológicos, buscando as relações entre as narrativas e a formação crítica e acadêmica dos(das) estudantes.

2. FILOSOFIA, CONHECIMENTO PLURIVERSAL E EDUCAÇÃO BÁSICA

Diante do cenário exposto acima, acreditamos adequado considerar não somente as bases ocidentais do conhecimento, mas, igualmente, as demais tradições que foram, historicamente, silenciadas. Nessa direção, segundo Renato Noguera, denegrir a Filosofia é provocar um diálogo entre os diversos sistemas de construção do conhecimento, tornando, com isso, o ambiente escolar mais democrático e mais justo. Para tanto, Noguera afirma:

Se as referências africanas ainda estão pouco disponíveis e marginalizadas, um diálogo despido de ideias estereotipadas acerca da afrocentricidade pode ser muito fértil para colocar pesquisas afrocentristas à serviço de várias estratégias no campo da educação em favor da diversidade étnica e racial. Enfim, um currículo afrocentrado pode ajudar na deszoomorfização de africanas(os) e afrodescentes, fomentando uma esperança (2010, p. 14).

Podemos pensar, então, com base no fragmento anterior, e na observação de alguns livros didáticos de Filosofia que faremos a seguir, que o conteúdo direcionado à matriz curricular no ensino de Filosofia parte, ainda hoje, de um direcionamento eurocêntrico e, na maioria das vezes, é voltado ao estudo dos filósofos ocidentais. Nesses termos, a educação formal parece ajudar a desenvolver um ambiente intelectual e socialmente excludente, que não engloba a cultura, o pensamento e as experiências dos povos africanos e afro-brasileiros.

Uma grande conquista dos diversos grupos do movimento negro para a educação foi a criação da Lei 10.639/2003, que insere a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africanas no ensino básico. Noguera e Laudino(2013), sobre essa temática, afirmam que “todas as disciplinas devem incluir conteúdos afro-brasileiros, africanos e indígenas” (p. 78), já fazendo referência à Lei 11.645/2003, que incluiu o estudo sobre a cultura e história dos povos indígenas. Para que essas Leis, no entanto, sejam colocadas em prática de maneira eficiente, a escola precisa estar atenta às novas abordagens e seus docentes preparados, a fim de que os conteúdos e

discussões não sejam folclorizados e estereotipados:

Nesse sentido, a escola e os docentes estão sendo desafiados a uma tarefa colossal, pois devem aprender a educar alunos diferentes e permitir-lhes outra imagem, diferente daquela padronizada, estereotipada e racializada e os exemplos estão aflorando a cada ano com novas abordagens, novas didáticas, novas relações entre estudantes e professores (LINS; OLIVEIRA, 2013, p. 19).

A luta para que a construção do conhecimento aconteça considerando as várias perspectivas de pensamento é, então, de todos. A explicação para a resistência em abordar a cultura africana e afro-brasileira, muitas vezes, parece consistir em que os professores possuem dificuldade em ensinar aos(às) estudantes uma realidade diferente de tudo que o foi ensinado por meio de uma sociedade escravocrata, racista e preconceituosa¹.

O ensino deveria oferecer ao(à) estudante uma visão crítica aos ideais eurocêntricos, mostrando outras possibilidades e pontos de vista. Encontrar caminhos diferentes dos quais muitos docentes foram ensinados, ainda é uma tarefa bastante difícil. A introdução das temáticas exigidas pela Lei 11.645/2008 nas escolas poderá fazer com que os(as) estudantes possam enxergar que existem diversos sistemas de conhecimento, diversas culturas e diversas concepções no campo da ética e da política por exemplo, e que eles precisam estar atentos e conhecê-los. A Lei 11.645/2008 é um importante instrumento de reconhecimento da luta histórica dos povos negros e indígenas brasileiros, que veio possibilitar o questionamento das ideias, teorias e concepções de ciência tradicionalmente aceitas na construção do conhecimento. Não foi somente a intelectualidade ocidental que produziu os saberes, a filosofia, a ciência e a arte.

Os saberes dominantes de que os africanos escravizados trouxeram somente algumas 'contribuições' exóticas e culturais para o Brasil; quer dizer, mais uma vez, com imagens desestabilizadoras, introduzimos a ideia para novas gerações de jovens que os africanos e seus descendentes trouxeram conhecimentos e tecnologias para o Brasil e não somente coisas folclóricas (LINS; OLIVEIRA, 2013, p. 25).

Não devemos continuar considerando a Filosofia apenas como se

¹<<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-dificuldade-de-ensinar-temas-afro-brasileiros-eu2yrzrxs0sqrylqp7kp7zv4e>>. Acesso em: dez.2016.

pertencesse à cultura ocidental, muito menos continuar negando o espaço, no processo de aprendizagem, aos filósofos e filósofas não-ocidentais. É daí que concordamos com a ideia de que a aplicação da disciplina de Filosofia no ensino médio deveria ser, no fazer escolar,

uma abordagem que nos permite vincular o lugar epistêmico étnico-racial, de gênero, espiritual, sexual, geográfico, histórico e social com o sujeito do enunciado, desfazendo a noção de que o discurso filosófico brota de uma 'razão universal' imersa em um campo neutro de forças (NOGUERA; LAUDINO, 2013, p. 79).

No sentido de localizar, dentro das possibilidades deste trabalho, as abordagens sobre o pensamento filosófico africano presentes nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), investigamos os manuais que estavam disponíveis na biblioteca do Instituto Federal da Bahia – IFBA, *campus* Eunápolis-Ba. Nosso foco foi, em particular, entender como o tema mito/mitologia, um dos primeiros assuntos tratados na disciplina de filosofia, é abordado em tais livros. Será que os manuais consideram sistemas míticos não-ocidentais? Será que se aproximam das culturas dos povos que formaram a sociedade brasileira? Essas abordagens consideram as experiências multiculturais dos(das) estudantes de ensino médio? Foi tentando responder essas questões que seguimos com nossa investigação.

3. AS MITOLOGIAS AFRICANAS NOS LIVROS DIDÁTICOS.

Os mitos fazem parte das discussões na disciplina de Filosofia por terem sido importantes na construção cultural e social dos povos antigos. Na filosofia ocidental, em geral, o mito é considerado uma construção do pensamento pré-filosófico, ou seja, estava na base cultural das sociedades que ainda não tinham desenvolvido a filosofia, quando ainda não tinham passado a procurar as respostas para os fenômenos naturais ou para a existência da vida na própria *physis*, como começaram a fazer os filósofos chamados pré-socráticos. Para a história e filosofia ocidentais, os sistemas mitológicos eram a base da *paidéia*² grega, considerada lastro da cultura ocidental.

² Sobre esse termo ver JAEGER, W. W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Segundo Sacconi (1996, p. 462), mito significa “qualquer fato imaginário; ficção”. O mito não pode ser caracterizado e visto apenas como verdadeiro ou fictício, pois faz parte da construção cultural de um povo – assim, pode ser considerado como um aspecto social que influencia na cultura, nas crenças, nos costumes e nas religiões. Enfim, podemos afirmar que, de certo modo, as sociedades se desenvolveram a partir de mitos, o que faz dessa narrativa elemento fundamental na construção social.

Marilene Chauí, explica a origem da filosofia ocidental:

Os estudiosos chegaram à conclusão de que as contradições e limitações dos mitos para explicar a realidade natural e humana levaram a filosofia retomá-los, porém reformulando e racionalizando as narrativas míticas, transformando-as numa explicação inteira nova e diferente (2013, p.32).

A filosofia, nesse sentido, surge para explicar as contradições existentes no mito (que é uma narrativa), possibilitando explicações a partir de princípios racionais no intuito de superar a explicação mítica/religiosa. Porém, assim como foi fundamental para a *paidéia* grega, considerada pela filosofia e história eurocêntrica como parte de nossa herança cultural; o mito, por outro lado, ainda hoje, pode nos explicar as culturas e costumes de nossa época, principalmente mostrando o sentido pluriversal do conhecimento. Conhecer e respeitar a ancestralidade de nosso povo, apresentada pelas narrativas míticas do sistema yorubá, por exemplo, é salutar para uma educação inclusiva e antirracista.

No sentido exposto acima, o mito pode ser abordado de forma mais diversificada, que contemple as diversas experiências dos(das) estudantes brasileiros(as). Os livros observados foram: *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes (2010 – Editora Saraiva); *Iniciação à Filosofia*, de Marilena Chauí (2013 – Editora Ática); *Filosofando*, de Maria Aranha e Maria Martins (2003 – Moderna); e *Filosofia: experiência do pensamento*, de Sílvio Gallo (2014 – Editora Scipione). Escolhemos apenas os livros disponíveis em nossa biblioteca, pois, geralmente, são a partir deles que muitos(as) discentes têm seu primeiro contato com os estudos filosóficos.

O primeiro livro observado foi *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes. No capítulo 10, intitulado “Filosofia antiga: pensamento pré-socrático”, os autores discutem a passagem do pensamento

mitológico ao pensamento filosófico (*logos*), bem como os filósofos pré-socráticos:

Na história do pensamento ocidental, a filosofia nasce na Grécia entre os séculos VII e VI a.C., promovendo a passagem do saber mítico (alegórico) ao pensamento racional (*logos*). Essa passagem ocorreu durante longo processo histórico, sem um rompimento brusco e imediato com as formas de conhecimento utilizadas no passado (COTRIM; FERNANDES, 2010, p.167).

Ainda no mesmo capítulo os autores citam que, “durante muito tempo, os primeiros filósofos gregos compartilhavam de crenças míticas, enquanto desenvolviam o conhecimento racional que caracterizaria a filosofia.” (2010, p.167). Os autores abordam apenas narrativas consideradas gregas, ocidentais, citando apenas a mitologia grega e alguns de seus deuses, entre eles encontramos Zeus, Hera, Ares, Atena, entre outros; além de heróis ou semideus, tais como Teseu, Hércules e Perseu. Cotrim e Fernandes (2010) ocupam-se mais sobre a razão e os primeiros filósofos gregos, denominados pré-socráticos, entre eles: Tales de Mileto, Anaxímenes, Pitágoras e Heráclito. Não há referência, portanto, de outros sistemas filosóficos.

O livro *Iniciação à Filosofia*, de Marilena Chauí, no capítulo 3, “A Origem da Filosofia”, define o mito como “uma narrativa sobre a origem de alguma coisa” (2013 p.30), concluindo que o mito traz a explicação de vários fatos da sociedade, reafirmando, então, a importância de tais narrativas. Em relação ao desenvolvimento do pensamento filosófico ocidental e sua ligação com a mitologia grega, Chauí questiona: “Os historiadores da filosofia indagam se ela realmente nasceu realizando uma transformação gradual sobre mitos gregos ou produzindo uma ruptura radical com os mitos” (2013, p.30). Segundo a autora, assim como encontramos também em Cotrim e Fernandes (2010), os primeiros filósofos não se desvincilharam de forma brusca do pensamento mítico.

De acordo com Chauí (2013), o mito era considerado como verdade absoluta, e os gregos confiavam em quem os narrava, pois se tratava, segundo a crença, ser uma revelação divina: “Sua palavra – o mito – é sagrada porque vem de uma revelação divina. O mito é, pois, incontestável e inquestionável” (CHAUÍ, 2013, p.31). As narrativas aconteciam publicamente, baseadas na relação de confiança entre o narrador e o ouvinte. O narrador, inclusive, tinha

autoridade sobre as narrativas míticas. Sikiru Salami (1997) também afirma a importância da oralidade, do narrador e da narrativa, ao referir-se aos povos yorubás, dos quais selecionamos duas narrativas míticas neste trabalho. Salami afirma que sua cultura “é transmitida basicamente através da oralidade” (SALAMI, 1997 p.47). E, ainda de acordo com Hampaté Bâ, “O que se encontra por detrás do testemunho é o valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte” (BÂ, 2010,p. 168).

O livro *Filosofando*, de Maria Aranha e Maria Martins, por sua vez, aborda no capítulo 6, intitulado “A Consciência Mítica”, a versão indígena da origem do dia e da noite: “Entre os povos indígenas, habitantes das terras brasileiras, encontramos várias versões sobre a origem do dia e da noite” (2003, p.71), trazendo um pequeno resumo de uma dessas narrativas. As autoras também abordam sobre a função do mito que, “embora o mito também seja uma forma de compreensão da realidade, sua função é, primordialmente, acomodar e tranquilizar o ser humano em um mundo assustador.” (2003, p.72). Aranha e Martins (2003), conceituam e caracterizam de forma clara o mito:

O mito não resulta, portanto, de delírio nem se reduz a simples mentira, mas faz parte da nossa vida cotidiana, como uma das formas indispensáveis do existir humano. Mito e razão se complementam mutuamente. No entanto, recuperado no cotidiano da vida contemporânea, o mito não se apresenta como abrangência que se faz sentir entre as sociedades tribais (2003, p.76).

É possível, segundo as autoras, que mito e razão estejam entrelaçados, e afirmar, por inferência, que o mito não é uma invenção, mas, ao contrário, faz parte da sociedade e do cotidiano do ser humano. No capítulo 7 do mesmo livro, “Do Mito à Razão: O Nascimento da Filosofia”, abordam que os primeiros filósofos foram realmente os gregos, porém, mostra ser necessário que haja o estudo dos demais sábios que constituíram doutrinas importantes para a sociedade, citando Buda (Índia), Confúcio e Lao Tsé (China) e Zaratustra (Pérsia). O capítulo é finalizado com a seguinte afirmativa:

Embora existam aspectos de continuidade entre mito e filosofia, o pensamento filosófico é algo muito diferente do mito, por resultar de uma ruptura quanto à atitude diante do saber recebido. Enquanto o mito é uma narrativa cujo conteúdo não se questiona, a filosofia problematiza e, portanto convida à

discussão (2003, p.84).

Como citado anteriormente, enquanto a filosofia existe para problematizar e questionar a vida, as culturas, pensar a política e os valores morais, entre outras questões, o mito, por sua vez, vem a configurar-se enquanto uma narrativa em que exprime a origem, a existência a partir de deuses e deusas, heróis e heroínas fundadoras das civilizações. Podemos considerar, assim, que o mito tem funções dentro dos sistemas sociais que não estão apenas no âmbito religioso, mas nas diversas dimensões da vida prática. Que, em certa medida, problematize e questione a vida, mas, na não permite uma problematização de seu próprio sistema.

Por fim, em *Filosofia: experiência do pensamento*, de Sílvio Gallo, encontramos a definição de mito como “uma forma de explicação da realidade que utiliza narrativas imaginárias, em geral transmitidas oralmente. Recorre a forças naturais para explicar fenômenos naturais.” (2014, p.24). Cita como exemplo a mitologia grega, a partir do deus Zeus. Gallo, ao tratar sobre a relação entre mito e filosofia, afirma:

O pensamento filosófico desenvolveu-se em uma forma de conhecimento que se diferencia da mitologia. Se o mito era uma narrativa fictícia, uma história imaginada para explicar o mundo, a filosofia pretendia ser um pensamento não fantasioso baseado no raciocínio, no exame consciente das coisas, buscando uma explicação natural e não sobrenatural (2014, p.25).

Em Gallo, portanto, é entendido que a filosofia está ligada à racionalidade, à busca pela sabedoria, ao pensamento lógico e científico, enquanto o mito é caracterizado como uma narrativa fictícia.

Em todos os livros analisados, percebemos abordagens parecidas que utilizam o mito para que possam explicar o advento do pensamento filosófico, a passagem do pensamento religioso, do senso comum, ao pensamento racional, filosófico. Porém, ainda que o pensamento filosófico moderno tenha tentado substituir completamente as narrativas míticas pelo conhecimento científico, ditto racional, parece-nos possível perceber a importância da mitologia ligada às características sociais, políticas e culturais dos diversos grupos humanos que não buscaram fazer essa separação total.

Em Marilena Chauí (2013), Cotrim e Fernandes (2010) e Sílvia Gallo (2014) não foi percebido nenhuma abordagem da mitologia que não fosse da cultura ocidental. Todos trazem como exemplo mitos gregos, como os já citados Édipo e Zeus, por exemplo. Ao tratarem também da origem da filosofia, consideram apenas os filósofos gregos, tais como Pitágoras, Tales de Mileto, Sócrates e outros. Ou seja, estão alinhados em considerar apenas a tradição filosófica ocidental e eurocêntrica.

O livro de Aranha e Martins, por sua vez, destacou-se em nossa breve análise, sendo o único a abordar diretamente mitos indígenas e orientais, apesar de não trabalhar sistemas africanos. Além disso, as autoras apresentam também pensadores não-ocidentais, ainda que de maneira rápida e superficial.

Diante, pois, de nossa breve análise, reforça-se a ideia da urgência de uma abordagem que contemple, principalmente, as culturas e sistemas de pensamento dos povos ancestrais que estiveram na formação da cultura e da sociedade brasileira. Nesse sentido, e considerando essa urgência pedagógica, analisaremos, na sequência, alguns mitos africanos e afrobrasileiros. Tais análises se darão baseadas nas funções do mito trabalhados por Campbell e citadas anteriormente.

4. AS FUNÇÕES DO MITO E AS NARRATIVAS YORUBÁ.

Joseph Campbell, autor de *O Poder do Mito* (1991), afirma que a universidade e, segundo nosso entendimento, igualmente a escola básica, poderia voltar-se também à vida interior, tais como os conceitos presentes nas teorias de Confúcio, Buda e Goethe, trazendo de volta o que ele chama de estudos do espírito. Segundo o autor, as pessoas, ultimamente, passaram a considerar o consumo como o real sentido da vida, deixando de lado, inclusive, o que Sócrates já preconizava, o conhecer a si mesmo. Nesse cenário, os sentimentos reservados aos bens materiais sobrepuseram-se às relações humanas, fazendo com que os sujeitos sociais passassem a não terem mais disposição para conhecer e entender as culturas e os sistemas de pensamento diferentes daqueles que os formaram. Perceber, portanto, que o conhecimento pode ser construído a partir de vários pontos de vistas, considerando as

inúmeras construções epistemológicas e culturais é estar aberto para uma concepção de mundo que deixe de lado os preconceitos enraizados e impostos em nossa sociedade.

O papel da escola, segundo nosso entendimento, também deve ser o de formação e quebra de preconceitos, de fortalecimento das relações interpessoais e, principalmente, de ressaltar a importância da vida e do respeito diante das diferenças. A Filosofia, então, como meio de formação do cidadão crítico e consciente de seu papel social, precisa ser mais ampla culturalmente, justamente para quebrar posicionamentos que já se tornaram “verdades absolutas” e que imperam na tradição eurocêntrica na qual estamos imersos.

Nesse papel formador que tem a Filosofia, a abordagem de uma diversidade cultural e de sistemas mitológicos seria uma grande aliada à educação antirracista. A mitologia, segundo Campbell, assim também como nos parece, tem um importante papel na sociedade:

Eles [os mitos] ensinam que você pode se voltar para dentro, e você começa a captar a mensagem dos símbolos. Leia mitos de outros povos, não os da sua própria religião, porque você tenderá a interpretar sua própria religião em termos de fatos - mas lendo os mitos alheios você começa a captar a mensagem. O mito o ajuda a colocar sua mente em contato com essa experiência de estar vivo. Ele lhe diz o que a experiência é (CAMPBELL, 1991, p.18).

O mito relata histórias e origens das comunidades e grupos sociais, não existindo, portanto, uma única narrativa que seja considerada universal. A universalização das ideias particulares cria preconceitos, desconsidera conhecimentos distintos e traz para o centro do conhecimento apenas um sistema como aceitável. Campbell ainda cita, na mesma obra, a sua interpretação por mitologia: “São histórias sobre a sabedoria de vida, realmente são. O que estamos aprendendo em nossas escolas não é sabedoria de vida. Estamos aprendendo tecnologias, estamos acumulando informações” (1991, p. 22).

É possível perceber que Campbell concorda que há um esvaziamento do ensino, na medida em que a educação vai se tornando cada vez mais positivista. A mitologia poderia, então, ser mais abordada na perspectiva que ele nos apresenta para que possa ajudar os(as) estudantes e abrirem os

horizontes de suas consciências, desenvolvendo melhor suas capacidades de interpretação de mundo, livre de racismo e demais formas de preconceitos. Claro, sabemos que, por outro lado, os mitos também ajudam na perpetuação de preconceitos já solidificados em sociedade. No entanto, uma abordagem crítica, como se propõe a Filosofia, fomentaria o entendimento e as análises necessárias a todo e qualquer conteúdo ou sistema de pensamento.

Campbell (1991) afirma que existem quatro funções que envolvem as narrativas míticas, são elas: a função mística, a cosmológica, a sociológica e a pedagógica. A função mística diz respeito à abertura do mundo para dimensão dos mistérios; a função cosmológica tenta dar conta da formação do universo e suas dimensões; a sociológica é função de ordem social, e que pode variar para cada sociedade, ela justifica a estrutura social; já a quarta função é a pedagógica, aquela que ensina o ser humano a viver, a aprender, a resolver seus problemas, a ultrapassar obstáculos. Vale ressaltar que esse conhecimento só se justifica dentro do sistema criado em cada sociedade. Portanto, analisar criticamente as diversas narrativas míticas é olhar com igual crítica para a sociedade atual e buscar entender seu funcionamento.

Tem, qualquer sistema mitológico, em suas narrativas, a presença dessas quatro possibilidades de interpretação, todas tão importantes à compreensão da vida e do mundo ao nosso redor. Os mitos africanos, então, não diferentes, são repletos de ensinamentos e funcionalidades; porém, ainda ausentes nos livros didáticos que analisamos. Por isso, selecionamos duas narrativas dos povos yorubás, cuja maior parte de sua população concentra-se na República Federativa da Nigéria, país da África Ocidental (SALAMI, 1997), são elas: “Oxóssi mata o pássaro das feiticeiras” e “Naná fornece a lama para a modelagem do homem”, ambas extraídas do livro *Mitologia dos Orixás*, de Reginaldo Prandi (2001).

O primeiro deles, “Oxóssi mata o pássaro das feiticeiras”, narra sobre uma ave grande e monstruosa que pairou sobre o telhado onde acontecia uma grande cerimônia que o rei oferecia aos seus súditos, para comemorar a colheita dos inhames. A ave tinha sido enviada pelas Lá Mi Oxorongá, as mães feiticeiras, por não terem sido convidadas para o grande evento. As pessoas

corriam de medo, pois a ave ameaça acabar com o povoado. O rei, para solucionar o problema, convocou os melhores caçadores do reino para matar a ave. Foram chamados Oxotogum, Oxotog e Oxotodatá, todos carregando uma enorme quantidade de flechas e prometendo a morte do pássaro. Porém, nenhum conseguiu matar a ave, e foram presos. Por fim, veio Oxotocanxoxô, o caçador que possuía apenas uma flecha. Se caso não matasse a ave, também seria preso como foram os outros caçadores.

A mãe do caçador temia a vida do filho e, seguindo as recomendações do babalawô, preparou um ebó que agradasse as feiticeiras e, para a oferenda, sacrificou uma galinha. Nesse momento, Oxotacanxoxô mirou sua flecha e acertou a ave. As feiticeiras, portanto, haviam aceitado o sacrifício. Os caçadores presos foram soltos, e a festa foi feita. A partir dali, Oxatacanxoxô ficou conhecido como Oxóssi, que significa, o caçador Oxô é popular (PRANDI, 2001).

Esse mito aborda a humildade, a determinação e também a confiança no sagrado e em si mesmo. O único caçador que conseguiu matar a ave carregava apenas uma flecha, diferente de todos os outros. A crença no sacrifício feito pela mãe do caçador, para que as feiticeiras aceitassem a morte da ave e, sobretudo, o respeito que as pessoas tiveram a ele após alcançar seu intento, nos indicam algumas características que precisamos ter para vivermos em sociedade.

Uma das dimensões da função mística na narrativa acima seria a importância do sacrifício, que possui um contexto histórico e religioso e que precisa ser respeitado, mesmo que nossas crenças pessoais sejam diferentes. O respeito às religiões e às culturas dos grupos diferentes daquele ao qual pertencemos é base para uma convivência benéfica e livre de preconceitos. Outro aspecto que percebemos é a ave monstruosa que pairava sobre a festa e a quebra do feitiço lançado. O mito nos ensina, entre outras coisas, em sua função pedagógica, que não devemos temer as adversidades e os desafios que se impõem a nós, por mais que estes se mostrem maiores e mais fortes. A ave era poderosa, mas apenas uma flecha foi capaz de matá-la, mostrando que não devemos desistir diante dos obstáculos, por mais que sejam grandes e, aparentemente, intransponíveis.

O segundo mito que segue analisado é, “Naná fornece a lama para a modelagem do homem”, que narra a criação do ser humano. Segue: Olorum encarregou Oxalá de fazer o mundo, e modelar o ser humano. Oxalá tentou modelar o homem com o ar, e não deu certo. Tentou com madeira, e não deu certo. Tentou com fogo, azeite, água, vinho, e não deram certo. Nanã Burucu, a dona da lama, ajudou Oxalá mostrando-lhe a lama e dando-lhe uma porção. Oxalá modelou o ser humano com o barro e Olorum lhe deu o sopro da vida. Mas Nanã impôs uma condição: quando a morte do ser humano chegasse, o corpo voltaria à lama, natureza de Nanã, pois esta deu a matéria no começo e quer de volta o que lhe pertence (PRANDI, 2001).

Este mito aborda a criação do ser humano de uma forma diferente do que é contando na tradição ocidental judaico-cristã. Muitos acreditam em apenas uma única versão mitológica sobre a origem do ser humano; a narrativa yorubá da criação, no entanto, nos mostra outra possibilidade, outro entendimento cosmogônico. A narrativa fala sobre a morte e sobre o motivo do ser humano ser enterrado após a morte, para que o corpo, que é oriundo do barro, volte para Nanã, volte para sua origem. A função mística observada é a apresentação dos orixás primordiais, envolvidos na gênese do ser humano: primeiro, nos apresenta Olorum, Deus supremo yorubá; depois, Oxalá, o oleiro, aquele que teria a função de esculpir o homem; e, por fim, aquela que possibilitou o êxito da empreitada designada a Oxalá, Nanã – a mais velha entre as mais velhas, aquela que estava desde o início da existência, a dona da matéria prima.

Como função pedagógica, vemos o trabalho em equipe, e a necessidade criada por Olorum da colaboração e da ajuda. Obviamente, o Deus maior do povo yorubá não precisaria de ajuda para criar qualquer coisa, no entanto, a coletividade e a parceria são princípios fundamentais para o equilíbrio social. Esse mito nos ensina sobre o trabalho coletivo, já que Olorum precisou da ajuda de Oxalá, e Oxalá precisou da ajuda de Nanã. É possível observar ainda que há uma função sociológica, por abordar a importância da ordem social, bem como a importância da relação entre indivíduos, entre sujeitos de um mesmo grupo ou grupos diferentes.

Vale ressaltar, por fim, que a abordagem do mito enquanto conteúdo

trabalhado em Filosofia, nos casos por nós observados nos livros didáticos, se dá na relação mito-*logos*, cosmogonia-cosmologia. Nossa proposta, a partir da teoria de Campbell, foi apresentar uma abordagem diferente, na qual seja levada em consideração os aspectos culturais, sociais e pedagógicos que envolvem as narrativas míticas, buscando, igualmente, debater sobre o respeito às diversidades religiosa, cultural e política.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a importância do ensino de Filosofia é participar na formação básica do estudante, dando ferramentas para a construção do conhecimento, para o desenvolvimento do pensamento crítico, bem como da vida enquanto cidadãos e cidadãs conscientes de seu estar no mundo. Sendo assim, consideramos importante abordar sobre os diversos conteúdos e assuntos, para que o conhecimento seja pluriversal e diverso, pois assim será possível ao estudante não somente entrar em contato com outros sistemas de pensamento, mas também ter a possibilidade de, enquanto afrobrasileiro, identificar-se com parte de sua ancestralidade.

A ignorância surge da falta de conhecimento. A Filosofia, por sua vez, exercício chave para a formação epistemológica, política e social, deve ser contemplada nas matrizes curriculares das escolas de maneira igualmente pluriversal e diversificada, deixando de priorizar sistemas de pensamentos hegemônicos. Para tanto, a discussão sobre novos filósofos e filósofas deveria ser meta obrigatória no ensino desta área do conhecimento.

Nos termos expostos acima, concordamos ser fundamental denegrir a Filosofia, no sentido de considerar e dar a devida importância aos sistemas de pensamentos africanos e afrobrasileiros, estudando o pensamento de homens e mulheres negras(os), desenvolvendo o fazer educacional também sob pontos de vista não ocidentais, incluindo aqui, com a mesma ênfase dada ao pensamento negro, o pensamento dos povos indígenas brasileiros e ameríndios. Nos livros didáticos estudados, percebemos que tratam predominantemente de temáticas da filosofia ocidental, havendo poucas referências ao pensamento não-ocidental, perpetuando, então, padrões que foram impostos desde os tempos do Brasil

Colônia.

Ao denegirmos a Filosofia, ou seja, ao considerarmos os sistemas de pensamentos negroafricanos, colocando-os como pontos de partida para as discussões da citada disciplina, ela poderá ser responsável por abrir novos entendimentos e horizontes, podendo, talvez, favorecer o desenvolvimento de uma maior identificação cultural e epistemológica com povos da África.

Certamente, as comunidades de resistência e os movimentos sociais organizados foram de suma importância para que o conhecimento africano e afrobrasileiro não se perdesse pela ação opressora da sociedade eurocentrada. Acreditamos que, aliado a essas comunidades e movimentos, a escola é, seguramente, muito importante nesse processo de empoderamento epistêmico e cultural.

Vimos também, neste trabalho, que as mitologias africanas, mais especificamente a yorubá, podem enriquecer os debates acerca da diversidade cultural, social e de pensamento nos quais estamos imersos. Nesse sentido, e de acordo com Campbell, as narrativas míticas, por possuírem papéis necessários à construção do conhecimento, trazem aprendizados tanto ao narrador, quanto àquele(a) que ouve. O ensino de Filosofia deve, portanto, considerar a diversidade de sistemas de pensamentos que existe além das epistemologias hegemônicas eurocentradas, derrubando conceitos e concepções estereotipados, padronizados e racializados. Assim, a educação se consolidará cada vez mais como pluriversal, pluriétnica e antirracista.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A; PIRES, M. H; **Filosofando**: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Ed.). **História Geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Parte IV. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em out. 2016.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio:** Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio, vol. 3). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em out. 2016.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito.** Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CHAUÍ, Marila. **Iniciação à Filosofia:** Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2010.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia.** São Paulo: Saraiva, 2010.

DANTAS, Luís Thiago Freire. **Descolonização curricular a filosofia:** a filosofia africana no ensino médio. São Paulo: PerSe, 2015.

GALLO, Silvio. **Filosofia:** experiência do pensamento. São Paulo: Scipione, 2014.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.** Brasília: MEC; Unesco, 2012. (Educação para todos; 36). Disponível em <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Etnico%20Racial_educacao-para-todos_36_miolo.pdf>. Acesso em out. 2016.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639.** Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

_____. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, nov. 2010. Disponível em <<http://africaeaficanidades.com.br/educacao11.html>>. Acesso em out. 2016.

_____. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas. **Griot – Revista de Filosofia**, Amargosa, Bahia, v.4, n.2, dez. 2011b, p. 1-19. Disponível em <<http://www2.ufrb.edu.br/griot>>. Acesso em out. 2016.

LAUDINO, Alexandre; NOGUERA, Renato. Ensino de filosofia, história e culturas Afro-brasileiras, africana e indígena, na sala de aula. **Práticas pedagógicas para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio:** Sociologia, história, filosofia, geografia. Rosana B. Monteiro (Org.). RJ: Seropédica; UFRRJ/Evangraf, 2013. P. 77-89.

LINS, Mônica R. F; OLIVEIRA, Luiz F de. Pedagogia do conflito: ensaios didáticos para a educação antirracista e pluriétnica. In. **Práticas pedagógicas para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio:** Sociologia, história, filosofia, geografia. Rosana B. Monteiro

(Org.). RJ: Seropédica; UFRRJ/Evangraf, 2013. P. 13-30.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOSE, M. B. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. Tradução Dirce E. N. Solis, *et al.* **Ensaio Filosófico**, Rio de Janeiro, v. IV, p. 6-25, out. 2011.

SALAMI, Sikiru. Ogum: Dor e júbilo nos rituais de morte. São Paulo: Oduduwa, 1997.

SOUZA, Daniele. **Colonização europeia da África**. 2014. Disponível em: <<http://daniellesouzahistoria.blogspot.com.br/p/colonizacao-europeia-da-africa.html>>. Acesso em out. 2016.

UZOIGWE, G.N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21-50.